

O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores

Maria Stela Marcondes de Moraes

Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense

Trabalho elaborado a partir dos capítulos VI, VII e VIII da tese de doutorado intitulada "No rastro da águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) - 1978/1990", Departamento de Educação da PUC/RJ, março de 1994.

Introdução

No processo de reorganização da sociedade civil, nos anos 80, a diversidade dos movimentos de trabalhadores rurais é um dos fenômenos mais impactantes. Eles chamam a atenção pela visibilidade que adquiriram e pelo que ensinam em termos das novas formas de exploração, expropriação, subordinação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais.

Neste quadro, destacam-se os movimentos dos trabalhadores rurais afetados pelas barragens construídas para irrigação ou para a implantação de usinas hidrelétricas. Os movimentos de resistência aos projetos de hidreletricidade são importantes não apenas por somarem forças na luta contra a expropriação, mas também pela sua capacidade de tocar em um dos pontos nevrálgicos do modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a produção de energia elétrica.

Dentre as diferentes situações de barragens, em todo o país, o caso dos "atingidos" do Alto Uruguai (RS) ganhou destaque quando ficou patente a

hegemonia dos dirigentes daquele movimento no interior do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens.¹

A importância atribuída a este movimento foi reforçada pela escolha do Alto Uruguai para o estudo do potencial democrático dos movimentos sociais no campo por uma equipe de pesquisadores encarregada de desenvolver o Projeto Democracia e Desenvolvimento Rural, idealizado pelo prof. Jonathan Fox do Departamento de Ciência Política do MIT (EUA). Incorporada à equipe, participei da pesquisa sobre os quatro movimentos rurais daquela região: o Movimento Sindical, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e o Movimento dos Atingidos por Barragens, ao

¹ O I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens ocorreu em Goiânia (GO), em 1988. Durante o II Encontro, em 1990, realizado em Brasília, foi formalizada a fundação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB).

qual dediquei atenção especial, por ser o objeto de estudo de minha tese de doutorado.

Para entender aquele Movimento e sua organização, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB),² no contexto da democratização dos anos 80, foi necessário enfrentar o desafio de pensar questões de Ciência Política e outros temas que iam além do campo da educação popular.

Era preciso conhecer a base social do movimento, o que requeria o resgate da formação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul e das contradições engendradas pelo processo de colonização dos estados do Sul, principalmente da região do Alto Uruguai. A análise exigia, ainda, a compreensão da complexidade dos movimentos sociais no campo em pelo menos duas dimensões: 1. a das contradições criadas pelo processo de “modernização” da produção agrícola; 2. a da diversidade de formas com que a intervenção dos trabalhadores rurais vem traduzindo aquelas contradições em processos de construção de uma grande variedade de novos sujeitos sociais, com identidades e linguagens próprias.

Além de situar o Movimento no conjunto das lutas no campo, foi preciso estudar seus determinantes específicos: as contradições da exploração do potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai. Desbravamos temas como a formação do setor elétrico e as dimensões por ele assumidas no processo de desenvolvimento e oligopolização da economia brasileira.

² A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) é a organização representativa do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai. Se inicialmente constituía-se de representantes dos municípios afetados pelas barragens de Itá e Machadinho, a partir de 1986 passou a representar o conjunto de 80 municípios gaúchos e catarinenses ameaçados pelo projeto de implantação de 22 barragens na bacia do Rio Uruguai. A partir de 1992 passou a chamar-se MAB/Região Sul. A pesquisa restringiu-se à área afetada pelas duas primeiras barragens: Machadinho e Itá, no período de 1978 a 1990.

O estudo daquele complexo de determinações mostrou que a implantação das barragens na bacia do Rio Uruguai sobrepõe-se a processos preexistentes e desencadeia um movimento simultâneo de afirmação/negação de novas e velhas identidades sociais em relação à própria especificidade da situação vivenciada (como é o caso das diferentes situações de barragens) e diante de identidades forjadas a partir de outras experiências (como as diversas frentes de luta dos trabalhadores rurais).

Mas a identificação/reconhecimento de direitos, as representações de si mesmos e das forças antagônicas ou aliadas, bem como o processo de organização, constituição e expressão dos sujeitos sociais não se dão como resultados mecânicos da experiência vivida. A relação entre a vivência das contradições e a emergência dos movimentos sociais é quase sempre mediada pela intervenção dos chamados agentes de educação popular, ou “mediadores”, nos processos de *socialização política*, objetivados na dimensão político-educativa dos movimentos sociais, tema central deste trabalho³.

A dimensão político-educativa dos movimentos sociais

A dimensão político-educativa dos movimentos sociais se expressa através de processos *informais e formais*. É *informal* a socialização política individual e coletiva decorrente do engajamento e participação nos diferentes níveis de organização dos movimentos sociais. São os ensinamentos da

³ Em se tratando de uma sociedade de classes, a definição de Educação Popular não pode limitar-se à participação e organização das lutas de resistência e afirmação de direitos. Deve, necessariamente, levar em conta a relação entre estas práticas “libertadoras” e as iniciativas inseridas em uma estratégia de dominação aberta ou de integração populista aos projetos das classes hegemônicas (Valla, 1986, p. 18; Ibañez, 1991, p. 7). A ênfase deste estudo recai, no entanto, sobre as práticas político-educativas ditas “libertadoras”.

vida cidadã organizada na identidade de interesses e na luta por direitos.

As ações político-educativas *formais* são práticas pedagógicas intencionais e sistemáticas que envolvem principalmente as lideranças e dirigentes dos movimentos, de um lado, e, de outro, a intervenção de mediadores como a Igreja Católica, os sindicatos, as entidades de “assessoria”.

Em uma espécie de meio caminho entre o formal e o informal está a ação educativa dos dirigentes junto às bases dos movimentos. São as práticas de organização e participação interna, campo privilegiado para a construção de uma vontade coletiva voltada para a solidificação de uma nova cultura política, elemento fundamental da luta contra-hegemônica.

São as práticas formais e mais intencionais que, em grande medida, vão determinar os processos de *informação, formação, organização e mobilização* das bases sociais dos movimentos e moldar suas formas de luta e de constituição de diferentes sujeitos coletivos. Não queremos, com isto, estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre “discursos” e “movimentos”⁴. A recíproca também é verdadeira e, muitas vezes, é a realidade das contradições e da luta social que se impõe, evidenciando a fragilidade teórica dos agentes e o distanciamento entre a “formação nos cursos” e a “formação na luta”, conforme distinção feita por um dos entrevistados.

Ao longo da década, podemos distinguir três momentos na intervenção dos mediadores. O primeiro é marcado pela presença dos “setores progressistas” da Igreja Católica que, ao perderem a hegemonia, abrem espaço para a atuação das escolas sindicais, as quais vão dar a tônica do segundo momento. O terceiro se caracteriza pela chamada “formação técnica” que, a cargo de assessores especializados, enfatiza as necessidades imediatas.

⁴ Este nos parece ser o caso da interpretação de Jorge Romano no texto *Discursos e Movimentos: o efeito da teoria e a ação política dos trabalhadores rurais do sul do Brasil* (Romano, 1988).

A ação mobilizadora da Igreja popular (1978 a 1985)

Também no Rio Grande do Sul e, especificamente, no Alto Uruguai, a Igreja Católica aparece como uma espécie de “nave-mãe” dos movimentos rurais, através da ação mobilizadora dos setores chamados “progressistas”.⁵ Com raízes históricas na “esquerda cristã” dos anos 50,⁶ parte desses setores vai constituir-se na chamada “Igreja popular”,⁷ cuja atuação se fundamenta nos princípios da “Teologia da Libertação”.

A análise das entrevistas realizadas durante a pesquisa sobre os movimentos rurais no Alto Uruguai revela que:

[...] pelo menos 90% dos quadros dirigentes e intermediários de *todos* os movimentos sociais, no primeiro período (1979 a 1986), “começaram a entender” pelas mãos da Igreja (Navarro, 1991, p. 4).

De fato, os processos de formação de agentes e lideranças comunitárias pelos “setores progressistas” desempenharam um papel destacado na mudança da visão conservadora das estruturas sociais, entre os agricultores, impulsionando as mobilizações que passaram a “agitar” o campo no Alto Uruguai. O voluntarismo e o espírito de militância de centenas de jovens que abraçaram a causa da construção da “nova sociedade” resultarão na *organização simultânea*, e pelas mesmas pessoas, de opo-

⁵ Embora tenham muitos pontos em comum, é impossível homogeneizar as prioridades e orientações de agentes e assessores identificados com os “setores “progressistas”, “liberacionistas” ou adeptos da “Igreja dos pobres”. Sobre esta diversidade de posições, ver Novaes, 1993, p. 89-153.

⁶ A esquerda católica se constituía em um movimento vanguardista, de elite, movida por uma fé europeizada e secularizada que, ao enfatizar a ação política, tendia a se antagonizar, simultaneamente, com a religiosidade popular e com a hierarquia (Mainwaring, 1989, p. 94-95).

⁷ Sobre o processo de surgimento (1964/1973), desenvolvimento (1974/1980) e crise (1982/1985) da Igreja popular no Brasil ver Mainwaring, 1989, p. 82-282.

sições sindicais, comissões provisórias de fundação do Partido dos Trabalhadores, núcleos de sem-terra, comissões de barragens, grupos de mulheres, de jovens e outros.

O impulso para a “ação libertadora” deve-se à consolidação das posições mais “progressistas” que, entre 1977 e 1980, conseguem alargar espaços de atuação e liderança no interior da CNBB,⁸ ampliando-os ainda mais a partir de Puebla.⁹ O segredo da afirmação das posições reformistas progressistas estaria na maior clareza dos limites entre o político e o religioso (Mainwaring, 1989, p. 189).

A Igreja popular valoriza o potencial libertador do “universo simbólico popular” (Novaes, 1993, p. 92) e tem uma ação pastoral mais próxima dos valores, das necessidades e da religiosidade populares, enfatizando a justiça social e a formação de lideranças de base (Mainwaring, 1989, p. 94-95).

O ponto central desta prática educativa está na leitura da Bíblia sob a ótica do pobre, que possibilita descobrir o “Plano Divino da Salvação”, cujo aspecto principal está no objetivo de construir a “Sociedade Nova”. A elaboração deste conceito remete-nos ao polêmico debate sobre a relação dos católicos com o capitalismo e com o socialismo.

As críticas ao capitalismo não são novas e sofrem modificações ao longo da História. Se, a princípio, a crítica objetivava muito mais os excessos do que o sistema propriamente dito, a década de 60 traz a recusa do capitalismo, incorporada, mais tarde, aos documentos de Medellín e Puebla. É de se ressaltar, porém, que em nenhum momento esta crítica trazia uma opção clara por uma alternativa socialista. “Era proibido falar em socialismo”, diz o Padre Valter,

⁸ A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foi fundada em 1952, por D. Hélder Câmara. Foi uma das primeiras do mundo e a primeira Conferência de Bispos da América Latina. Entre 1954 e 1964, a CNBB foi a mais importante força propulsora do reformismo (Mainwaring, 1989, p. 67).

⁹ A III Assembléia Geral do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) realizou-se em Puebla, em 1979.

que há muitos anos se dedica à formação de lideranças no norte do Rio Grande do Sul. Ele afirma nunca ter havido clareza em relação à sociedade que se queria construir. Sabia-se apenas o que era preciso destruir, como, por exemplo, a ditadura, a opressão, a concentração da terra. “No começo era muito mais um trabalho *em oposição a* do que em vista de um projeto”, afirma o padre entrevistado. Como diz Navarro: “Formou-se assim a *política da recusa*.” (Navarro, 1991, p. 4, grifo nosso).

A Igreja popular enfatiza o processo de mudança a longo prazo por meio de um trabalho de educação das lideranças de base, mediado pela “didática diatribe” do “ver, julgar e agir”. Acreditam que este trabalho seja capaz de criar novas relações entre os homens, baseadas na fraternidade, na solidariedade, na igualdade, na liberdade de expressão, no exercício da participação e da capacidade de decisão, mesmo que só nos limites da comunidade. Trata-se da construção da “democracia de base”, sem a preocupação de responder ao desafio de sua transformação em um projeto viável no nível macrossocietário.

Na prática, porém, os limites entre o religioso e o político permanecem não muito claros. Há uma constante tensão entre, de um lado, os limites das Comunidades Eclesiais de Base, das Comissões Pastorais (da Terra, Operária, da Juventude etc.), preocupadas com a construção da “Nova Sociedade” e, de outro, os movimentos populares, sindicatos e partidos, cuja atuação dá visibilidade a questões de ordem política mais global que exigem a capacidade de intervenção e de controle das políticas governamentais. Como diz Grzybowski, há uma contradição entre o “basismo” da Igreja e a necessidade de eficácia política (Grzybowski, 1986, p. 950).

Além da dificuldade de separar o político do religioso, a aproximação e valorização da religiosidade popular tem se revelado como uma relação contraditória, de constante tensão entre o respeito ao Evangelho e o respeito à “cultura do outro” (Novaes, 1993, p. 101). Se é verdade que a fé e a religião têm, quase sempre, “funcionado como uma

fonte legitimadora da ordem social” (Geertz, apud Novaes, 1993, p. 92), o encontro do novo “racionalismo pastoral” (e seu projeto externo de mudança na relação entre Fé e Vida) com o “universo simbólico popular” tem implicado, ao mesmo tempo, um questionamento daqueles elementos que reforçam a subordinação (Novaes, 1993, p. 92).

No Alto Uruguai, este “encontro” se deu no interior das relações de poder local da estrutura comunitária colonial preexistente. Estas relações determinavam a hierarquia dos cargos de direção das capelas e revelavam o enorme poder de controle social do pároco, no âmbito da comunidade rural. Foi esta mesma estrutura, constituída por capelas, paróquias, seminários, centros de formação, etc., que serviu de base para o trabalho de cooptação de agricultores para uma prática social mobilizadora.

Em outras palavras, foi o jogo de forças entre o conservadorismo do “universo simbólico popular”, das direções de capela, das estruturas de poder local e municipal, de um lado, e, de outro, os valores da nova teologia, que moldou os espaços de penetração dos agentes pastorais e, conseqüentemente, alargou os limites de atuação dos militantes e lideranças dos movimentos que emergiram, no Alto Uruguai, no final dos anos 70.

Os depoimentos dos entrevistados apontaram para duas das principais atividades de formação de lideranças comunitárias do Alto Uruguai, influenciadas pela Igreja popular: a Escola Diocesana de Servidores de Erechim e o curso TAPA (Teologia e Ação Pastoral). A marca deste tipo de formação, neste primeiro período, se faz sentir nas formas de organização e luta do Movimento de Barragens.

Nos primeiros anos, a atuação voluntarista dos agentes pastorais leva à organização apressada de Comissões Locais, muito mais destinadas a espaços de participação comunitária, para a construção da “Sociedade Nova”, do que a se constituírem bases sólidas de um movimento politicamente forte. Muitas vezes, a questão das barragens funcionou como a “porta de entrada” para a penetração do trabalho da “Igreja renovada”, em comunidades mais pacatas e conservadoras; inversamente, também aqui

se deu a instrumentalização da fé para a mobilização em torno de questões políticas.

A influência da Igreja popular também se faz sentir na estrutura original da CRAB. Ela aparece como um “serviço” de atendimento às lideranças locais, no seu escritório em Erechim. Na prática, a direção era dada pelo Secretário Geral que, segundo um depoimento, “manejava com todo o eixo da roda”. Inspirado pelo espontaneísmo da “democracia de base” dos agentes da Igreja popular, o mesmo limitava-se a apoiar iniciativas de lideranças comunitárias mais aguerridas que organizavam manifestações político-religiosas localizadas. Assim, os atingidos se identificavam com as lideranças locais, muito mais enquanto representantes das paróquias do que da instância organizativa do Movimento dos atingidos.

Mesmo assim, tem início o aprendizado do modo como se reunir, como se organizar, discutir e reivindicar. As primeiras reivindicações (indenizações justas, terra por terra e assentamentos) começam a tomar ares de direitos, afirmados em encontros regionais e estaduais, entre 1981 e 1983. Mas a falta de coesão e articulação interna resulta em um movimento difuso e disperso que, na sua atuação externa, não consegue sensibilizar seu principal interlocutor: a ELETROSUL.

A indiferença da empresa e o início das obras de Itá, em 1983, vêm reforçar a visão de mundo divulgada pela Igreja popular, para quem as barragens, filhas do “mal” maior, o capitalismo, devem ser exorcizadas. É a partir desta concepção que a Igreja popular vai incentivar a “política da recusa”, que implica em negar e recusar o inimigo, em vez de dar visibilidade às contradições implícitas nas relações sociais vivenciadas pelos trabalhadores rurais. É essa “política da recusa” que se faz sentir no grito de guerra *Terra sim, barragem não*, marca da atuação do movimento entre 1983 e 1985.

Ao mesmo tempo em que na sua atuação externa o movimento dá as costas para o inimigo, internamente sua base social tende a dispersar-se. Outra contradição, implícita na radicalidade da recusa, está na abertura de espaços para a atuação

das forças pró-barragens. Os impasses trazidos pela radicalidade do “não” convidava a rever posições e reestruturar a organização. Vindos do centro urbano-industrial do país, os princípios e fundamentos do “sindicalismo combativo” já ecoavam na região.¹⁰ Antes mesmo de serem divulgados pelas escolas sindicais, instaladas a partir de 1986, sua influência já se fazia sentir sobre alguns jovens, lideranças intermediárias da CRAB, que começavam a sonhar com a transformação da “CRAB/serviço” em “CRAB/movimento”, inspirados no modelo de organização e luta do “sindicalismo combativo”. Para tanto, era preciso formar um coletivo de *dirigentes* e um grupo de *lideranças* preparadas para o trabalho de organização das bases. A formação destas lideranças foi assumida pelas escolas sindicais, instaladas a partir de 1986.

A CRAB e o “sindicalismo combativo” (1986 a 1989)

Também são duas as experiências de formação sindical: a Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) e a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), que, de 1986 a 1989, redirecionaram os rumos e a estrutura organizativa dos movimentos rurais, nos moldes do “sindicalismo combativo”.

Na esteira da nova “onda”, também a CRAB se reestruturou internamente de forma hierarquizada e dividida em dirigentes, lideranças, base e massa. A grande contradição desse modelo está na tensa relação entre a “democracia de base”, de um lado, e, de outro, as práticas centralizadoras e hierarquizadas no nível da direção, sem a necessária

¹⁰ Um dos entrevistados assim resume o modelo de “sindicato combativo”: 1. um sindicato que lutasse para ter democracia sindical no nível da direção e que esta trabalhasse com as bases; 2. um sindicato que tivesse um programa de formação de seus dirigentes e das bases; 3. um sindicato que tivesse participação da base e não fosse de cúpula; 4. um sindicato que tivesse movimentação e mobilizações com a participação das bases.

mediação de lideranças intermediárias devidamente preparadas para o seu papel mediador.

Constata-se uma divisão do trabalho político que reedita a separação entre concepção e execução, vigente nas relações que regem as sociedades contemporâneas. O mesmo “funil” que, na estrutura de uma sociedade de classes, barra a passagem do mundo da execução para o da concepção, acaba por obstruir os canais de ampliação da capacidade de controle dos dirigidos sobre as instâncias de direção, dificultando a ruptura com a “lei de ferro da oligarquia” que impera nos Movimentos Sociais.

Originária da estrutura organizativa da Igreja Católica, a figura do “liberado” foi incorporada pelos movimentos sociais, aprofundando o abismo entre a composição social dos grupos dirigentes e aquela das bases (lideranças municipais ou locais e militantes). Os principais dirigentes e assessores são “liberados”, ou seja, remunerados para exercer os cargos de direção. Isto possibilita a concentração de saber e de poder nos níveis de direção, bem como das oportunidades de amadurecimento e crescimento político, reforçando a capacidade de decisão e, principalmente, de persuasão. Como disse um entrevistado: “A voz tem mais poder que o voto”.

Desestimulados, os líderes intermediários sentem-se expropriados de seu direito de aprender e de interferir nos rumos do movimento, o que está muito bem expresso na frase de um deles: “Você cria um pinheiro grande e não deixa crescer pinheirinho embaixo, né...”. Este sentimento fragiliza a ligação entre direção e base.

Se, na presente avaliação da prática das CEBs, constata-se a contradição entre uma “pastoral de elite” e uma “pastoral de massas”, o mesmo pode ser dito em relação aos movimentos sociais que, embora se inspirando nos princípios do “sindicalismo combativo”, não conseguiram escapar da contradição entre “movimentos de cúpula” e “movimentos de massa”.

Essas contradições decorrem da ausência de uma postura crítica perante tais modelos organizativos e da compreensão da possibilidade de sua superação histórica. Como lembra Gramsci, cons-

tatar a existência real de dirigentes e dirigidos, implica desenhar a *formação de dirigentes*, a partir da seguinte questão:

[...] pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? (Gramsci, 1978, p. 19).

Apesar da hierarquização na estrutura organizativa é possível dizer que o Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai se encontra entre os mais democráticos, pois consegue manter uma rede de lideranças de base capazes de garantir a mobilização nas comunidades. Só assim foi possível deslanchar, em 1986, um processo de discussão dos direitos a serem reivindicados, os quais foram sistematizados no chamado “Documento de Getúlio” (porque elaborado em uma Assembléia realizada no município de Getúlio Vargas-RS).

A radicalidade deste Documento denuncia a adoção, também pela CRAB, da “política do confronto”, inspirada nos ensinamentos das escolas sindicais. Trata-se de uma nova versão da instrumentalização da fé, só que agora são as reivindicações específicas que são usadas como isca para a promoção de grandes mobilizações em torno dos “interesses maiores da classe trabalhadora”, expressos em palavras de ordem genéricas como: “Por um país livre e democrático”; “Por um Brasil governado pelos trabalhadores”; “Pela Reforma Agrária”; “Pelo Socialismo”.

No caso da CRAB, além daquelas genéricas palavras de ordem, seus dirigentes passam a enfatizar a luta pela Reforma Energética. Encontra-se, aí, uma das principais contradições do Movimento. A prioridade que empresta à sua intervenção no âmbito nacional é fonte de desperdício de recursos financeiros e humanos que poderiam estar voltados para a luta local e regional, em torno da qual teria maiores chances de aglutinar os trabalhadores ru-

rais, de promover processos de socialização e democratização da participação política, bem como de desenvolvimento rural.

São os processos de formação que explicam a existência de movimentos sociais que, durante muito tempo, negligenciaram o campo específico de sua atuação, o “corporativo”,¹¹ preocupando-se mais em atuar como partido político, voltado para a elaboração e implantação de um projeto de sociedade — ora a “nova sociedade”, idealizada pelos teólogos da libertação, ora o “socialismo”, tal como divulgado pelas escolas sindicais. Sem condições de perceber o que havia de orgânico e mais permanente nas demandas aparentemente “imediatas”, os dirigentes dos movimentos foram levados a vê-las como “questões táticas”, restritas ao seu aspecto ocasional.

A pesquisa junto aos movimentos rurais no Alto Uruguai ilustra bastante bem o processo de instrumentalização dos interesses imediatos dos agricultores, visando a uma intervenção mais ampla, no jogo das forças político-militares em disputa pelo poder de Estado em todos os níveis (municipal, estadual e federal). A ênfase na militância político-partidária e na participação de dirigentes nos processos eleitorais é sintomática.

A influência das escolas sindicais só fez agravar o fosso entre a visão de mundo que se construiu através das lentes quebradas das teorias ditas “marxistas”, vazias de sentido concreto, e as categorias do processo histórico real, objetivado no cotidiano do trabalho e da vida dos agricultores do Alto Uruguai. O resultado foi o total desencontro entre as “bandeiras de luta” lançadas pelos dirigentes dos movimentos e as necessidades imediatas.

¹¹ O termo “corporativo” significa o campo privilegiado de atuação e intervenção dos movimentos sociais que se articulam em torno de interesses específicos, base sobre a qual se constroem as possibilidades de atuação e intervenção em outros níveis: o da articulação de classe e o da luta político-ideológica na disputa pela hegemonia e controle dos mecanismos de poder político no sentido estrito (Gramsci, 1978, p. 49-51).

É legítimo afirmar que dificilmente os agricultores teriam se mobilizado em torno daquelas palavras de ordem, ou pela necessidade de tomar o poder de Estado. Na verdade, foi o agravamento das condições de reprodução dos trabalhadores rurais que os levou às ruas nas grandes mobilizações de 1986 e 1987 em luta pela manutenção da pequena propriedade e do trabalho familiar, por preços justos, acesso ao mercado, facilidades de crédito, infraestrutura para os assentamentos etc. O contexto destas lutas mais específicas dos diferentes movimentos de trabalhadores rurais facilitou a conquista da assinatura do acordo de 1987 entre a CRAB e a ELETROSUL.

A evidência do desencontro entre as bandeiras dos dirigentes e as necessidades imediatas dos agricultores chamou a atenção para a diversidade de formas de objetivação das relações de exploração, expropriação, subordinação, exclusão e marginalização no campo. A pressão das bases forçou os dirigentes a atentarem para o potencial político-organizativo das demandas mais imediatas, incluindo, na agenda democrática, a luta pela expansão dos direitos de cidadania e democratização das relações internas das organizações.

A realidade mostrava sua cara e começava a chacoalhar o modelo de organização e luta difundido pelas escolas sindicais. Os grandes esquemas generalizantes de explicação da sociedade vão sendo abandonados na medida em que as reais contradições de classe, explicitadas pelas condições de trabalho e de vida dos agricultores vão imprimir mudanças também nos processos de formação de lideranças.

A “formação técnica” por “uma vida melhor” (1990...)

O ano de 1990 marca a consolidação de uma tendência que vinha sendo gestada nos dois últimos anos de funcionamento das escolas sindicais: a “formação técnica”.

Desde 1989, os professores das escolas sindicais começavam a abandonar o “esquema fecha-

do” das três classes (burguesia, pequena burguesia e assalariado). A multiplicidade de tipos sociais encontrada nos municípios, a partir de levantamentos feitos pelos próprios “alunos”¹², alertou para a realidade das novas relações de produção no campo, que impunha outras categorias e forçava uma redefinição dos esquemas anteriormente aprendidos.

O esforço de compreensão das categorias do real ressaltou o *aspecto ideológico* no jogo das forças sociais, mesmo que continuasse ausente dos “esquemas economicistas” das apostilas. Desta forma, as novas técnicas de ensino significaram muito mais do que uma “metodologia” que se propunha “partir da prática” para chegar à concepção teórica de classes sociais. O chamado “método dialético” mostrou as dificuldades concretas de análise e levou os próprios professores a repensarem sua concepção de classe social e de prática política.

A concepção de formação político-ideológica e “etapista”, que norteava o trabalho daquelas escolas, não mais se sustentava diante da “crise do sindicalismo combativo”. A própria existência das escolas sindicais passa a ser supérflua na medida em que cada movimento assume as tarefas de formação de suas lideranças, apontando para uma ligação mais orgânica na relação formação/organização. Diz um dos entrevistados:

A visão que se tinha nesse último momento era que a formação passava pela construção orgânica do movimento e passava também pelas lutas do movimento. [...] Ela vai trabalhar com dirigentes, com seminários, onde vai discutir a produção, vai discutir a questão da integração, estrutura sindical. Então, me parece uma questão muito mais vinculada do que quando era escola sindical.

¹² Um dos documentos refere-se a uma técnica para abordar a questão das classes, em que os próprios alunos devem fazer um perfil dos sócios do sindicato (assalariados, integrados do fumo, do leite, do frango, do suíno etc.) e um levantamento das classes sociais no seu município, na cidade e no campo.

As modificações introduzidas nos cursos das escolas sindicais, nos seus últimos anos de existência (1989/1990), já esboçavam o perfil da nova concepção em seus diferentes aspectos: *a.* conteúdo, *b.* metodologia, *c.* público alvo, e *d.* agentes da formação. Sendo impossível abordar, nos limites deste trabalho, estas quatro dimensões ficamos com as duas primeiras.

Conteúdo: “questões do dia-a-dia”

As escolas sindicais pecavam por não prepararem as lideranças para o cotidiano das lutas sociais. Neste sentido, os professores concluíram que:

A gente tinha que começar a discutir questões do dia-a-dia do movimento sindical. No dia-a-dia ele não usa a concepção, não vai praticar a idéia de socialismo [...] e era fundamental começar a discutir o específico. (E)

A sintonia com o cotidiano das lutas provoca uma revisão na concepção de movimento e de formação que, como assinala um dos professores, implica

[...] trabalhar para que cada um desses ramos específicos da produção, na área rural, possa ficar preparado para negociar com as respectivas empresas e, no momento atual, *negociar para que tenha uma vida melhor* [...]. A formação sindical tem que subsidiar nesse sentido, possibilitando a capacitação profissional, o poder de discutir, negociar e enfrentar o outro lado, mas com uma clareza política e ideológica [grifo nosso].

Esta visão corresponde às novas práticas de educação popular¹³ que, mantendo-se fiel à tradi-

ção de inserção no cotidiano, se direcionam para iniciativas renovadas de defesa da *qualidade de vida*. A tendência, agora, é reconhecer a vida cotidiana como espaço de construção de uma nova hegemonia e, portanto, colocar a organização em torno das questões imediatas no centro da construção de um projeto político (Basombrio, apud Ibañez, 1991, p. 12).

Segundo o professor entrevistado, manter a referência de uma “visão ideológica” e estratégica pode indicar os caminhos do conhecimento crítico das questões específicas do cotidiano, ao mesmo tempo em que estas podem ajudar a enriquecê-la. É este caminho de mão dupla que, para o entrevistado, poderiam impedir que as questões imediatas se tornassem “imediatistas”. Teme-se que o excesso de “especialização” dificulte o resgate de um horizonte político comum, o que poderia aprisionar os movimentos na discussão meramente tecnicista e isolá-los na luta “econômico-corporativa”.

A observação do encaminhamento real das lutas traz sérias dúvidas quanto à existência de um horizonte estratégico, aproximando-se mais do que se poderia chamar de “movimentos de resultados”. Navarro reforça esta idéia ao mostrar que a nova postura possibilitou uma visão “mais realista” do campo de intervenção dos movimentos:

[...] pois a intensificação das relações comerciais envolvendo o público associado e a conseqüente mercantilização da vida social no meio rural obriga o sindicato combativo a reconhecer que a questão-chave, em processos de expansão capitalista (e, portanto, de remotas possibilidades de mudanças estruturais ou do regime político) é agora disputar exatamente o “bolo do lucro” com a empresa (“reivindicar o máximo de conquistas”), mas não a existência mesma da empresa e sua legitimidade, pelo menos neste período” (Navarro, 1991, p. 26).

Diante disto, é impossível esquecer a observação de Luciano Martins que, citado por Weffort, afirma que “o Brasil das últimas duas décadas foi tomado por uma notável e historicamente surpreendente generalização do *ethos* capitalista” (Weffort,

¹³ Esta nova postura consta como uma das “contribuições da Educação Popular para a renovação da política da esquerda peruana e latino-americana” em pesquisa realizada por Carlos Basombrio, cujos resultados aparecem sistematizados em seis pontos em texto de Ibañez (1991, p. 11-13).

1989, p. 24). Neste quadro, não surpreende a preocupação generalizada com a dimensão econômico-corporativa que, em última instância, desenha o perfil da “formação técnica”.

Alerta um dos professores que o grande desafio da formação e da ação organizativa está em tentar evitar os dois extremos: o “ideologismo”, erro da concepção anterior, e o “tecnicismo”, ou corporativismo, armadilha da qual os movimentos não têm conseguido escapar.

O “tripé metodológico”

Para os professores entrevistados, o que pode impedir que se recaia em um daqueles dois extremos é o que chamam de “tripé metodológico”: aprender, transmitir, intervir.

Aprender e transmitir se complementam no caminho de mão dupla do que os professores chamam de “metodologia dialética”: o conhecimento vivenciado das questões específicas é transmitido ao “assessor especialista”, que leva os “alunos” a adquirirem uma compreensão mais elaborada e abrangente da sua experiência empírica, com uma perspectiva estratégica. Na prática, porém, o “método dialético” tem sido tratado de forma instrumental. Refere-se muito mais à relação entre “professor” e “aluno”, e à troca de seus “saberes”, do que à trajetória do pensamento de ambos na compreensão da dialética do real. Perde-se de vista a dimensão dialogal de ambos, “mestre e aprendiz”, com a práxis cultural (Chauí, 1982, p. 69)¹⁴. Sob a ótica do

pensamento dialético, a “formação técnica” requereria, dos assessores, a capacidade de aprofundar as causas genéricas e estruturais das contradições vividas no cotidiano, resultantes da síntese de múltiplas determinações em que se articulam elementos econômicos, políticos e sociais em uma perspectiva histórica, passíveis, portanto, de transformação. O “conhecimento técnico” ou o “saber popular” têm pouco valor transformador se desvinculados do trabalho de pensamento crítico:

Conhecer é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de idéias que constituem o saber estabelecido. Pensar é desentranhar a inteligibilidade de uma experiência opaca que se oferece como matéria para o trabalho da reflexão para ser compreendida e, assim, negada enquanto experiência imediata. Conhecer é tomar posse. Pensar é trabalho de reflexão. O conhecimento se move na região do instituído, o pensamento, na do instituinte (Chauí, 1982, p. 60).

Mas a prática nos mostra algo diferente: quanto mais “técnica” a assessoria, menor o preparo intelectual do assessor para fazer a passagem entre “a totalidade abstrata” e o “concreto pensado” (a negação da experiência imediata pelo trabalho de pensamento) ou mesmo para exercer o papel que lhes cabe na promoção de um novo consenso contra-hegemônico pela “reforma intelectual e moral” (Gramsci, 1978, p. 5). No dia-a-dia da formação, o “método dialético” tem se resumido ao empirismo da já mencionada “didática diatribe” (ver, julgar e agir).

Ainda em termos metodológicos, fala-se de um “fazer juntos” que possibilitaria “tocar uma metodologia que seja uma construção e que o assessor seja assessor mesmo, que assessorie naquilo que ele tem de competência [...]”, como diz um dos entrevistados. No entanto, difícil é “tocar uma metodologia que seja uma construção”, quando se dá

¹⁴ “Com efeito, nos três filósofos (Platão, Rousseau e Hegel), mestre e aprendiz estão numa relação de palavra dividida ou partilhada — o logos a dois. No entanto, com quem fala o aluno platônico? Com o morto. Com quem fala o aluno rousseauista? Com o morto. Com quem fala o aluno hegeliano? Com o morto. Sócrates, o silêncio das origens e o trabalho da história são os mortos com quem se fala. Mas, que significa esse paradoxal diálogo? Significa que através de um *outro silencioso*, a palavra e o pensamento do aluno poderão nascer. É a dimensão simbólica do ensinamento e do aprendizado que se manifesta nesse diálogo com um outro que não é alguém, porque é o saber.” (Chauí, 1982, p. 55).

tando valor à “competência” técnica do assessor. Como diz Chauí:

Quando examinamos a ciência contemporânea, dificilmente poderemos vê-la como instrumento de liberação e, muito menos, como um pensamento criador que nos torna mais reais e mais ativos. Pelo contrário, condição e fruto do “progresso”, a ciência tornou-se poderoso elemento de intimidação sócio-política através da noção de competência. (Chauí, 1982, p. 58).

O “fazer juntos” é, sim, um desafio muito mais complexo do que possa parecer. Reproduz-se aqui o mesmo dilema que provoca o atual debate, entre assessores e agentes da Igreja Católica, sobre a contradição entre a “racionalidade pastoral” e o “universo simbólico popular”. Novaes lembra que não se trata apenas de aguçar a sensibilidade para “os padrões culturais do povo” ou para a expressão de sua experiência empírica, mas de atentar para o conjunto de relações e contradições a que estão sujeitos (Novaes, 1993, p. 107). Outra vez é Chauí quem afirma que, mais do que a competência, o “técnico” teria que desenvolver:

Um pensamento que, abandonando o ponto de vista da consciência soberana, pensasse na imbricação das consciências e das relações sociais e estivesse sempre atento para o problema da dominação do homem sobre o homem e que se chama: luta de classes (Chauí, 1982, p. 62).

Também não basta perceber e pensar este conjunto de relações. Cumpre desenvolver um tipo de práxis capaz de promover o que Gramsci chama de “catarse”: “o processo pelo qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos imediatos e se eleva a uma dimensão universal, ‘capaz de gerar novas iniciativas’” (apud Coutinho, 1981, p. 71). Isto nos remete ao terceiro aspecto do tripé metodológico: a *intervenção*. A julgar pela afirmativa de um dos entrevistados, a noção de intervenção amplia o significado do termo “técnico”: “Você tem que discutir o técnico em si, ou seja, como é que vão poder intervir nesse processo”. A intervenção

se dá em pelo menos dois níveis: externo e interno. Externamente, os dirigentes devem estar capacitados para encaminhar *reivindicações e negociações*. No âmbito interno, deve ser capaz de intervir na *organização* e manter a capacidade de *mobilização* das bases.

O discurso sobre o “técnico” refere-se, no entanto, a dois diferentes níveis de intervenção. No caso do sindicalismo, por exemplo, fala-se da intervenção na classificação do fumo para negociar uma “melhoria de vida” para o fumicultor e, ao mesmo tempo, procura-se intervir no processo de implantação do Mercosul. No caso da CRAB (hoje MAB/Região Sul), a “melhoria de vida” se expressa na luta por itens de infra-estrutura nos assentamentos de atingidos. Simultaneamente, enfatiza-se a luta pela reforma energética.

No caso do fumo e dos assentamentos de atingidos, por exemplo, estamos falando do nível de intervenção “econômico corporativo”. Trata-se de uma ação equivalente ao que Gramsci chama de “sindicalismo teórico”, que atua no âmbito do “movimento da livre troca”, restrito às regras das forças hegemônicas:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. (Gramsci, 1978, p. 33).

Os “sacrifícios” do grupo dirigente podem resultar em “melhoria de vida” para os grupos subalternos e, para além do mundo da produção, as pressões e negociações podem render conquistas significativas em termos de direitos de cidadania, dentro da ordem jurídica vigente. É inegável a importância da organização em torno das necessidades imediatas como elemento fundamental para a construção da identidade de sujeitos sociais, para a conquista de direitos e para a criação do “direito insurgente”. Isto não significa, contudo, uma intervenção automática naquilo que é essencial:

Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 1978, p. 33).

Esta “função decisiva”, contudo, não é de natureza “técnica” ou “econômica” no sentido estrito, mas política: “[...] uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico” (Gramsci, 1978, p. 32).

Trata-se de programa político dos dirigentes do Estado, forças que atuam no nível político-militar, para usar a expressão gramsciana. Faz parte deste programa manter as classes subalternas no nível de intervenção corporativo, disperso e desarticulado. A intervenção pode, então, permanecer subordinada à ordem jurídica vigente, se não se colocar o desafio de se tornar grupo dirigente.

Encontra-se aqui a grande contradição dos movimentos objetivada na dificuldade de conciliarem suas lutas específicas, por um lado, visando “resultados” capazes de manter a mobilização e as oportunidades de democratização nos níveis locais e regionais, e, por outro, a luta pela democratização das relações de poder de Estado. O caso do Movimento dos Atingidos é emblemático. No nível das necessidades imediatas enfatiza as conquistas de infra-estrutura para os assentamentos. No nível nacional, prioriza o enfrentamento com o setor elétrico, perdendo de vista o conjunto de forças responsáveis pelo modelo de desenvolvimento contra o qual pretendem se insurgir.

A conjuntura de agravamento da recessão econômica e da crise do Estado vem contribuindo para mostrar os limites das lutas específicas e conquistas localizadas, quando desvinculadas de um projeto estratégico mais amplo de construção da hegemonia e dos mecanismos de controle do poder político e das decisões no nível das políticas governamentais. As

dificuldades enfrentadas para que se cumpra o acordo de 1987 para a situação específica da Barragem de Itá, por exemplo, antecipam os obstáculos impostos à sua generalização para as outras situações de barragens no Alto Uruguai. Isto para não mencionar as demais, em âmbito nacional.

De qualquer maneira, a politização da economia — e urge considerar isto — depende da politização e democratização das relações nas organizações de base. Gramsci atribui aos sindicatos e, por extensão, aos movimentos sociais, um papel que vai muito além da mera negociação por melhores condições de vida e de trabalho. Devem atuar como canais autônomos e democráticos de participação dos trabalhadores na sociedade civil e de interferência nos destinos da vida nacional (Deluiz, 1991, p. 90). É a democratização das organizações da sociedade civil que pode abrir “novas cunhas entre o Estado (relações de poder) e a ‘economia’ (relação de produção)” (Grzybowski, 1987, p. 12):

Quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia (Coutinho, 1981, p. 76).

MARIA STELA MARCONDES DE MORAES é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Consultora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Referências bibliográficas

- CHAUÍ, Marilena, (1982). O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, C.R. (org.). *O Educador: vida e morte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- COUTINHO, Carlos N., (1981). *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM.

- _____, (1989). *Cadernos de Debates: Democracia e Socialismo* (PT). Rio de Janeiro: Gabinete do Deputado Milton Temer.
- DELUIZ, Neise, (1991). Rousseau e Gramsci, possíveis contribuições à educação popular. *Contexto e Educação*, nº 23, p. 80-97. jul./set.
- GRZYBOWSKI, C., (1987). *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes.
- _____, (1986). Pedagogia dos movimentos sociais no campo. *Educação e Constituinte*. Anais da IV CBE. São Paulo: Cortez. Tomo 2.
- IBAÑEZ, Alfonso, (1991). Alcances políticos y culturales de la educación popular. *Contexto e Educação*, nº 23, p. 7-18. jul./set.
- MAINWARING, Scott, (1989). *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- NAVARRO, Zander, (1991). *Relatório sobre Sindicalismo*. Relatório de pesquisa do projeto “Democracia e Desenvolvimento Rural”, realizada junto aos movimentos rurais no Alto Uruguai, durante o ano de 1990. Projeto financiado pela Interamerican Foundation e administrado pela FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional) durante o ano de 1990. Mimeo.
- _____, (1993). *O MAB/Região Sul: alguns dilemas recentes para o seu desenvolvimento*. Texto apresentado no “Curso de Especialização” promovido pelo MAB/Região Sul, em Palmitos (SC), 2-6 ago. Mimeo.
- NOVAES, Regina, (1993). Nada será como antes entre urubus e papagaios. In: TEIXEIRA, Faustino et al. *CEBs, cidadania e modernidade: uma análise crítica*. São Paulo: Paulinas.
- ROMANO, Jorge O., (1988). *Discursos e movimentos: o efeito da teoria e a ação política dos trabalhadores rurais do sul do Brasil*. Comunicação nº 11, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VALLA, V.V., (1981). *Educação e favela*. Petrópolis: Vozes.
- WEFFORT, Francisco, (1989). Incertezas da transição na América Latina. *Lua Nova*, nº 116, p. 5-45. mar.